

DOSSIÊ: REFUNDAR O PENSAMENTO URBANO-REGIONAL LATINO-AMERICANO: ENTRE VARIEGAÇÃO, NEGAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO URBANO LATINO-AMERICANO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ECOLOGIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO

*Priscilla Glitz Mayrink**

*Sharo Evangelina Lopez Javier***

*Giselle Andrea Osorio-Ardila****

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**Universidade Federal de Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

***Universidade Nacional Aberta e a Distância, Escola de Ciências Jurídicas e Políticas, Bogotá, D.C., Colômbia

Resumo

O artigo se baseia em uma revisão de literatura estendida para apontar possíveis caminhos teóricos que contribuam para uma teoria da urbanização não centrada nas cidades, a partir da América Latina. Apesar dos avanços do pensamento urbano-regional latino-americano na compreensão da dependência estrutural Norte-Sul e de suas implicações urbanas, percebe-se uma lacuna teórica no entendimento da urbanização para além da centralidade dos espaços citadinos, especialmente em relação às dinâmicas urbano-rurais e sociedade-natureza. O artigo incorpora contribuições da Ecologia Política e da Ecologia Política Urbana para a construção de uma Ecologia Política da Urbanização que articule questões rurais, conflitos socioambientais e atividades extrativistas à urbanização em múltiplas escalas, superando leituras lineares dos fluxos rural-urbano e evidenciando continuidades relacionais entre esses espaços. Por fim, defende-se uma perspectiva que contemple a complexidade e as especificidades da região, promovendo a produção de conhecimento junto a atores e movimentos sociais diversos.

Palavras-chave

Teorias Urbanas; Urbanização; América Latina; Ecologia Política; Ecologia Política Urbana; Estudos Urbanos; Ecologia Política da Urbanização.

DOSSIER: REFOUNDING URBAN-REGIONAL LATIN AMERICAN THINKING: NAVIGATING VARIEGATION, NEGATION, AND CONSTITUTION

REFLECTIONS ON LATIN AMERICAN URBAN THOUGHT: CONTRIBUTIONS TO A POLITICAL ECOLOGY OF URBANIZATION

*Priscilla Glitz Mayrink**

*Sharo Evangelina Lopez Javier***

*Giselle Andrea Osorio-Ardila****

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, RJ, Brazil

**Universidade Federal de Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, RJ, Brazil

***Universidade Nacional Aberta e a Distância, Escola de Ciências Jurídicas e Políticas, Bogotá, D.C., Colombia

Abstract

This article examines theoretical pathways toward a non-city-centered conception of urbanization in the Latin American context, drawing on an extended review of the literature. Although Latin American urban-regional thought has advanced understandings of North-South structural dependence and its urban consequences, a theoretical gap has remained in analyses of urbanization beyond the centrality of urban spaces, particularly in relation to urban-rural and society-nature dynamics. By integrating contributions from Political Ecology and Urban Political Ecology, the article proposes a Political Ecology of Urbanization that articulates rural concerns, socio-environmental conflicts, and extractivist activities with multiscalar processes of urbanization. This approach moves beyond linear interpretations of rural-urban flows, emphasizing relational continuities across spaces. Lastly, the article advocates a perspective attuned to the region's complexity and specificities, promoting knowledge production in collaboration with diverse social actors and movements.

Keywords

Urban Theories; Urbanization; Latin America; Political Ecology, Urban Political Ecology; Urban Studies; Political Ecology of Urbanization.

REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO URBANO LATINO-AMERICANO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ECOLOGIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO

Priscilla Glitz Mayrink

Sharo Evangelina Lopez Javier

Giselle Andrea Osorio-Ardila

Introdução

É possível construir, a partir da América Latina, uma teoria da urbanização não centrada nas cidades? O objetivo deste artigo é refletir sobre como o processo de urbanização tem sido recentemente teorizado no contexto latino-americano para, então, apontar possíveis caminhos teóricos para a construção de uma teoria da urbanização que supere o citadino metodológico (Angelo; Wachsmuth, 2015). Como toda produção de conhecimento, o pensamento urbano latino-americano é um campo dinâmico de elaboração conceitual e disputas interpretativas. Os discursos sobre o espaço urbano e a urbanização¹, longe de qualquer neutralidade, sempre estiveram imersos em matrizes ideológicas que delineiam o problema urbano, definem os agentes legítimos da sua enunciação e orientam as propostas (Villaça, 1999). No século XX, distintas interpretações situaram as cidades ora como epicentro da modernização e emancipação, ora como lócus das desigualdades do capitalismo dependente. Tais distinções evidenciam a cidade latino-americana não como algo naturalmente determinado, mas como objeto social e culturalmente construído (Gorelik, 2022; Villaça, 1999).

Embora aportes críticos tenham avançado na análise das desigualdades urbanas e das lógicas multiescalares que estruturam a produção de um espaço desigual (Abarca; Moraes, 2019; Montoya, 2009; Pradilla Cobos, 2014; Sabatini *et al.*, 2007), consideramos insuficiente a atenção dada às formas de urbanização fora

1. O pensamento urbano difere dos discursos sobre o espaço urbano. Enquanto o primeiro diz respeito à produção teórico-conceitual do entendimento sobre esse ambiente, os discursos urbanos não se restringem à produção do saber urbano, pois incluem os discursos e as práticas de diferentes agentes, assim como suas propostas sobre e para a urbanização.

dos marcos da mancha urbana, da metropolização, da periferação e da exploração do trabalho nas cidades. Tais abordagens revelam processos hegemônicos aqui manifestados sob a marca de uma intensa urbanização periférica, subordinada e desigual², mas persiste o desafio de avançar no entendimento dessas dinâmicas em face da urbanização como expressão espacial da produção capitalista e, portanto, da unidade entre urbano-rural e sociedade-natureza.

Por isso, o desafio é deslocar esse campo analítico, ampliando suas fronteiras epistemológicas e geográficas para permitir uma leitura da urbanização que não se restrinja à centralidade das cidades. Partimos para isso do contexto latino-americano de inserção dependente no cenário mundial, marcado pelo extrativismo, por questões rurais e por conflitos socioambientais – elementos frequentemente marginalizados na teoria urbana –, e dos debates recentes da Ecologia Política e da Ecologia Política Urbana.

A Ecologia Política é um campo relevante ao contexto latino-americano por possibilitar apreender dinâmicas estruturantes da inserção dependente regional. Apesar de sua ampla abrangência temática, as discussões centram-se, majoritariamente, no ambiente rural e nos conflitos socioambientais (Leff, 2021, 2024), carecendo de mais diálogo com os estudos urbanos e com debates sobre as condições desiguais e precarizadas das cidades latino-americanas. A Ecologia Política Urbana, que surge na década de 1990³ como subcampo interdisciplinar para estabelecer esse diálogo entre os ambientes urbano e rural, articula conflitos e intervenções dentro e fora das cidades como agenda central de pesquisa. Sua base teórica mantém a urbanização como problema analítico principal ao mesmo tempo que articula as relações urbano-rural e sociedade-natureza sem pressupor uma separação ontológica entre esses domínios (Souza, 2024; Villar Navascués, 2017; Zimmer, 2010). Apesar dessas contribuições, persiste uma fixidez ontológica que parte dos espaços citadinos para a compreensão dos espaços fora dela – uma espécie de cidadinismo metodológico (Angelo; Wachsmuth, 2015). Por outro lado, o contexto latino-americano, considerado uma unidade heterogênea no sistema capitalista

2. A América Latina é a segunda região mais urbanizada (United Nations, 2019) e a mais desigual do mundo (United Nations Development Programme, 2025). UNITED NATIONS. *Population Division. World Urbanization Prospects 2018: highlights*. New York: Department of Economic and Social Affairs, 2019. ISBN: 978-92-1-148318-5. Disponível em: <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210043137/read>. Acesso em: 23 out. 2025. UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Regional human development report 2025: under pressure: recalibrating the future of development in Latin America and the Caribbean. Overview*. New York: UNDP, 2025. 32 p. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2025-06/eng_lac_hdr_overview_web.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

3. As bases teóricas para o desenvolvimento da Ecologia Política Urbana foram inicialmente publicadas por Erik Swyngedouw (1996) em seu texto que constrói um entendimento da cidade como híbrido socionatural.

mundial (Osorio, 2012), pode contribuir para novos entendimentos desse processo. Partimos, assim, das contribuições da Ecologia Política latino-americana e do esforço da Ecologia Política Urbana em articular o urbano a esse campo para refletir sobre caminhos possíveis para a teoria urbana latino-americana.

Na primeira metade do século XX, a análise da realidade social latino-americana tratava a questão urbano-citadina como lócus da *desordem* social (Ribeiro; Cardoso, 1994). Esse período foi marcado pela importação e pela adaptação de modelos e teorias dos países centrais, em especial da tradição europeia, ajustados ao contexto latino-americano para “resolver” esse problema via “modernização” e construção da ideia de *nação* (Villaça, 1999; Ribeiro; Cardoso, 1994). Posteriormente, a urbanização passa a ser teorizada como problema econômico a ser enfrentado por políticas nacionais desenvolvimentistas, e a cidade torna-se central ao paradigma do planejamento modernizador (Ribeiro; Cardoso, 1994). Questões urbanas são pensadas em escalas ampliadas e surgem conceitos como rede urbana, hierarquia urbana e sistemas de cidades, que alargam o escopo analítico, mas mantêm a cidade como referência (*ibid.*, Villaça, 1999; Gorelik, 2022).

A partir dos anos 1970, a emergência da questão ambiental reorienta os marcos do debate. A Ecologia Política se estabelece como campo interdisciplinar para responder aos impactos sociais e ambientais da urbanização e industrialização, que recaíram desproporcionalmente sobre as populações mais vulnerabilizadas. Na América Latina, surgem análises focadas na transferência dos impactos ambientais indesejados às periferias globais em decorrência da mobilidade dos capitais que intensificaram conflitos territoriais e a dependência ecológica latino-americana (Acselrad, 2006, 2013; Leff, 2021; Walker, 2005). De origem anglófona, a Ecologia Política Urbana contribuiu com uma leitura da cidade como um híbrido sacionatural que organiza os fluxos materiais (água, energia, resíduos etc.) para além dos seus limites físico-administrativos através de infraestruturas e relações de poder geradoras de desigualdades e injustiças socioambientais. Nesse marco, a questão urbana é apresentada como questão socioecológica fruto do metabolismo capitalista, que conecta centros urbanos, periferias, zonas produtivas, áreas rurais, territórios de extração e fluxos de energia, matéria e poder (Heynen; Kaika; Swyngedouw, 2006; Kaika; Swyngedouw, 2000, 2012; Swyngedouw, 1996).

Contribuições recentes propõem uma Ecologia Política da Urbanização (EPUr) como uma lente latino-americana ao que se considera uma lacuna da Ecologia Política Urbana em centrar-se nos espaços das cidades para a análise da relação sociedade-natureza e urbano-rural via urbanização (Glitz Mayrink *et al.*, 2021; Osorio Ardila *et al.*, 2020; Quimbayo Ruiz; Vásquez Rodríguez, 2016). Essa proposta compreende a urbanização como fenômeno geográfico relacional, não

protagonizado pelas cidades, sendo relevante ao contexto latino-americano pelo seu histórico de uma urbanização vinculada ao extrativismo do setor primário exportador, não centrada nas fábricas. Enquanto o olhar do Norte Global destaca os espaços fabris na interpretação da urbanização, recentes críticas latino-americanas apontam para a importância dos espaços rurais e extrativos na urbanização dos países centrais e periféricos (Aráoz, 2020).

Haveria, portanto, um impasse teórico-metodológico na interpretação da urbanização: onde ela se iniciaria? Ou, ainda, ela se iniciaria apenas em um local? Essas questões orientam a reflexão, ao convocar a articulação de dimensões historicamente tratadas como dicotômicas – urbano e rural, centro e periferia, sociedade e natureza. O pensamento latino-americano avançou na compreensão da dependência Norte-Sul, enquanto a Ecologia Política Urbana desestabilizou a cisão entre o *social* e o *natural* na produção do urbano. Por isso, o artigo sistematiza a revisão bibliográfica baseando-se em três eixos – (i) urbanização latino-americana, (ii) relação urbano-rural e (iii) relação sociedade-natureza – para identificar contribuições recentes no entendimento de cada um desses tópicos e indicar lacunas que podem ser pensadas na construção de uma teoria crítica da urbanização a partir da América Latina.

Metodologia

A reflexão parte de uma revisão de literatura estendida e de métodos qualitativos para ampliar e construir interpretações teóricas sobre a urbanização. Para isso, utilizamos a síntese temática como metodologia para o desenvolvimento dos temas de análise e construções teóricas de terceira ordem (Xiao; Watson, 2017). A revisão crítica das referências bibliográficas selecionadas foi realizada em diálogo com outras referências pertinentes ao campo, incorporando marcos teóricos reconhecidos e aportes previamente acumulados pela pesquisa, a fim de conferir robustez e precisão à fundamentação analítica.

Pesquisa bibliográfica e pré-seleção

- i. Critérios de inclusão: para compreender como o processo de urbanização vem sendo teorizado com base no contexto latino-americano, a pré-seleção da bibliografia se apoiou em artigos publicados no período de 2000 a 2025 sobre a urbanização na América Latina enquanto perspectiva teórica geral. Foram excluídas as pesquisas sobre estudos de caso e/ou contextos específicos. A busca foi realizada em três idiomas (espanhol, português e inglês) na área de Estudos Urbanos e disciplinas relacionadas.
- ii. Identificação de literatura: a busca de artigos se baseou em palavras e expressões-chave, como “urbanização latino-americana”, “urbanização E

América Latina”, “suburbanização E latino-americana”, “suburbanização E América Latina”, “ecologia E política E urbana E América Latina”, “ecologia E política E urbanização E América Latina” nos três idiomas. A pesquisa foi realizada em bases de dados e buscadores (Google Scholar, Web of Science, Scopus, SciELO e DOAJ) e em revistas relacionadas aos estudos urbanos representativas da América Latina. A primeira etapa da pré-seleção se pautou no título e a segunda, no resumo e em discussões teóricas. Ao final, foram pré-selecionados 64 artigos revisados por pares.

- iii. Avaliação para a inclusão: em seguida, foram selecionados 45 artigos que cumpriam com os critérios e que respondiam à pergunta principal (Como o processo de urbanização vem sendo teorizado com base no contexto latino-americano?). Por fim, foram selecionados quinze artigos (Quadro 1) que tratavam explicitamente de elaboração teórica sobre a urbanização latino-americana de forma ampla para leitura em profundidade, considerando a relevância dos trabalhos e a viabilidade da leitura para as três pesquisadoras (Figura 1).

Temática	Autor	Ano de publicação	Título
Urbano-rural	Arboleda, Martín	2015	Spaces of Extraction, Metropolitan Explosions: Planetary Urbanization and the Commodity Boom in Latin America
	Perez-Martinez, Manuel Enrique	2016	Las territorialidades urbano rurales contemporáneas: Un Debate Epistemológico y Metodológico para su Abordaje
	Piaccini, Ana Laura	2016	Discusiones teóricas sobre la dinámica funcional en el vinculo espacial urbano y rural
	Dueñas Checa, Luz Angélica	2017	Elementos para el análisis contemporáneo de la tensión entre lo urbano y lo rural
	Berardo, Martina	2019	Más allá de la dicotomía rural-urbano
Ecología Política Urbana	Delgado Ramos, Gian Carlo	2015	Complejidad e interdisciplina en las nuevas perspectivas socio-ecológicas: la ecología política del metabolismo urbano
	Fernandez Abarca, Aura Luz; Moraes, Lúcia Maria	2019	Ecología Política Urbana no estudo da cidade segregada latino-americana
Metropolização e regionalização	Moura, Rosa	2012	A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea
	Aguirre, Marco Antonio; Arroyo, María Mónica; Buitrago Bermúdez, Oscar	2023	Procesos de urbanización y metropolización en América Latina: Algunos elementos para su reflexión

continua

Urbanização	Montoya, John Williams	2009	Globalización, dependencia y urbanización: la transformación reciente de la red de ciudades de América Latina
	Osorio, Jaime	2012	Elementos para una construcción teórica sobre América Latina
	Navarrete Escobedo, David	2013	Formas y conceptos de la urbanización planetaria para una lectura de la ciudad latinoamericana
	Pradilla, Emilio	2014	La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina
	Guevara, Tomás	2015	Abordajes teóricos sobre las transformaciones sociales, económicas y territoriales en las ciudades latinoamericanas contemporáneas
	Fortanell Ruiz, Michelle Antoniette	2020	Ciudades sustentables en América Latina. Una reflexión desde la descolonialidad del poder

Quadro 1. Artigos analisados

Fonte: Elaborado pelas autoras.

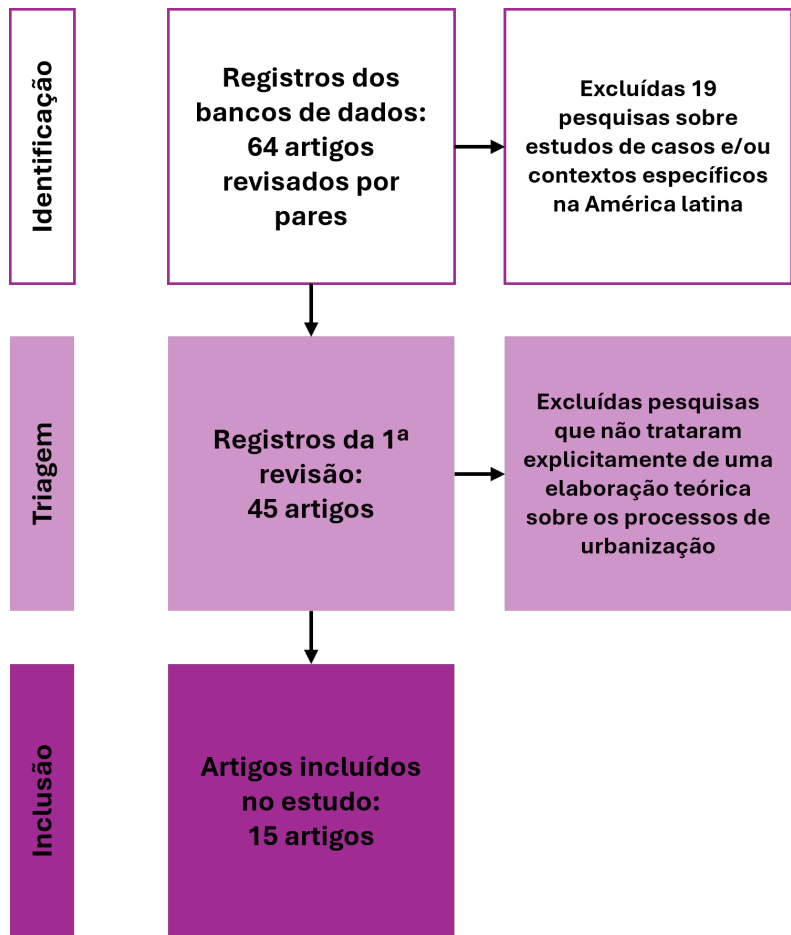


Figura 1. Fluxograma da revisão de literatura estendida

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Extração de dados e análises

Após uma segunda leitura dos resumos, foram identificadas quatro temáticas centrais para agrupar os textos em blocos de leitura: (i) relação urbano-rural, (ii) metropolização e regionalização, (iii) Ecologia Política Urbana e (iv) relação sociedade-natureza. Em seguida, extraímos os seguintes dados na análise em profundidade dos artigos: *síntese geral*, para identificar o contexto, objetivos, hipóteses, justificativa, contribuição, metodologia e conclusões; *análise teórico-conceitual*, para identificar conceitos utilizados, suas definições, teorias adotadas, suas contribuições e principais referências bibliográficas; *urbanização*, para identificar se e como os artigos respondiam às seguintes perguntas:

- Como compreende o processo de urbanização?
- Quais são as especificidades da urbanização na América Latina?
- Como aborda a relação sociedade-natureza?
- Como aborda a relação urbano-rural ou campo-cidade?

Feitas as leituras e a sistematização das informações extraídas, foram definidos três eixos temáticos para apresentar a discussão: (i) urbanização latino-americana; (ii) relação urbano-rural; (iii) relação sociedade-natureza, que serão apresentados a seguir (Quadro 1).

1. Urbanização latino-americana

Na segunda metade do século XX, as grandes cidades da América Latina superaram seus limites físico-administrativos. Esse processo desencadeou morfologias mais dispersas, desconcentrando atividades, e configurou novos arranjos urbano-regionais que conectam fluxos “de pessoas, mercadorias, conhecimento e de relações de poder” (Moura, 2012, p. 12) mediante a articulação entre centros urbanos, áreas urbanas e rurais, metrópoles, centros de relevância funcional e municípios pouco integrados (*ibid.*). Entre as explicações desses processos, identificamos uma abordagem fundamentada na análise morfológica que entende as especificidades regionais como próprias de uma urbanização segregada, acelerada, empobrecida e dita “desarmônica”, que articula espaços enunciados como *legais* e *ilegais* (Abarca; Moraes, 2019).

Em contraste com essa leitura, existe uma abordagem de base marxista que enfatiza aspectos históricos, como a presença de indígenas, a diversidade das formas de propriedade, a ilegalidade no mercado do solo, a informalidade econômica, assim como, na produção de cidade, a pobreza estrutural, a militarização e a violência generalizada relacionada, principalmente, ao narcotráfico (Pradilla Cobos, 2014).

Aguirre, Arroyo e Buitrago Bermúdez (2023) destacam o papel da escola sociocrítica, de influência europeia e estadunidense, na compreensão do urbano e da metropolização como processos que partem das cidades enquanto espaços de acumulação de riqueza no capitalismo e espaços produtores de desigualdades socioecológicas⁴. Nesses processos, diversos agentes sociais capturam o Estado por meio das relações de poder para materializar seus interesses e planos, em contraposição aos imaginários e aos interesses coletivos (Brenner, 2009 *apud* Aguirre; Arroyo; Buitrago Bermúdez, 2023; Lefebvre, 2013 *apud ibid.*; Santos, 1994, 2017 *apud ibid.*).

O pensamento sociocrítico também serviu de base para a Ecologia Política Urbana, que entende os processos urbanos e metropolitanos como naturezas produzidas socialmente em relações híbridas (humanas e não humanas), atravessadas por assimetrias de poder (Aguirre; Arroyo; Buitrago Bermúdez, 2023). Nessa abordagem, a urbanização é entendida como um sistema aberto que troca energia e matéria com o meio por intermédio de processos pelos quais as relações de poder se manifestam – seja reforçando relações de dominação por determinados grupos e, assim, aprofundando a segregação socioespacial (Abarca; Moraes, 2019), seja distribuindo desigualmente os fluxos de energia, matéria e estoque de materiais (Delgado Ramos, 2015). Há, portanto, uma visão da urbanização como intrinsecamente desigual em termos sociais, econômicos, ecológicos e ambientais.

Adicionalmente, a teoria do sistema mundo, também de inspiração marxista, interpreta a urbanização em escala global. Montoya (2009) e Osorio (2012), por exemplo, analisam a região em perspectiva relacional, retomando parte das discussões de teóricos da dependência e de suas origens na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)⁵, que entendem a região como encravada numa posição dependente e periférica no sistema mundo. Essa posição responderia às diferenças na divisão internacional do trabalho e às dinâmicas históricas do colonialismo (Osorio, 2012). Já Mattos (2001) analisa o fenômeno da urbanização no contexto específico da globalização com base no debate sobre as cidades globais, que pressupõe o desempenho de funções globais por determinadas cidades, como a concentração de salários elevados e a demanda por artefatos urbanos “sofisticados”. No entanto, a discussão é realizada de forma generalista, sem identificação das especificidades latino-americanas.

4. Aguirre, Arroyo e Buitrago Bermúdez (2023) mencionam, entre os autores da escola sociocrítica, Mark Gottdiener, David Harvey e Edward Soja.

5. Desde os anos 1950, teóricos da Cepal fazem referência às desigualdades estruturais entre os países centrais e os periféricos no quadro da divisão internacional do trabalho, com uma abordagem diferente das teorias clássicas do desenvolvimento econômico e do comércio internacional, as quais entendiam o desenvolvimento como uma sucessão de etapas. Essa abordagem constitui o chamado “giro epistêmico” da Cepal (Scarpacci; Siqueira, 2022), que inspirou algumas das formulações da teoria da dependência.

Uma das críticas à aplicação dessa teoria na região é sua tendência a “homogeneizar os processos urbanos” (Montoya, 2009, p. 10). Autores como Fortanell Ruiz (2020), Montoya (2009) e Pradilla Cobos (2014) defendem não existir cidade global na América Latina, segundo o sentido dado pelos teóricos do Norte. As maiores metrópoles da região, embora apresentem algumas das características mencionadas por Mattos (2001), não passariam de pontes para o fluxo de recursos da periferia ao centro do capitalismo (Guevara, 2015). Montoya (2009) explica que nem a substituição de importações nem a globalização diminuiram a importância tradicional das maiores cidades da região por terem sido as mais preparadas para inserção na economia transnacional. Nessa perspectiva, as grandes metrópoles latino-americanas teriam relação mais estreita com cidades globais de outros países do que com outras da região. No Caribe, por exemplo, o sistema de cidades está sob forte influência de Miami (*ibid.*).

As relações entre cidades e espaços territoriais diversos também são analisadas pela ótica dos chamados arranjos urbano-regionais. Moura (2012) parte do caso brasileiro para relacionar a formação de tais arranjos com a industrialização e as migrações associadas a esse processo na América Latina. Contudo, consideramos necessário abordar a heterogeneidade latino-americana, o baixo nível de industrialização de muitos países e as especificidades regionais, como a Amazônia, para analisar a influência de migrações geradas por conflitos armados e conflitos socioambientais no processo de urbanização. Por isso, a centralidade da industrialização nesses processos e na consolidação do que se entende por sistema urbano como fenômeno analítico seria limitada.

Paralelamente a esses fluxos que conectam porções do território, existem aspectos simbólicos, como a circulação de ideias, conceitos, discursos e práticas envolvidas na produção das cidades. Alguns autores, entretanto, sinalizam que, embora exista a circulação de conceitos entre os países do Sul, ainda é forte a influência do Norte em razão de teorias e conceitos que são adaptados à realidade da região, nem sempre de forma crítica. Essa incorporação muitas vezes desconsidera especificidades regionais ou as explica por termos e análises convenientes a realidades estrangeiras. Autores como Delgadillo (2014), Jajamovich, Saraiva e Silvestre (2021), Hiernaux-Nicolas e Gonzáles Gómez (2017), além de Navarrete Escobedo (2013), identificam uma tendência à adjetivação das cidades, com termos, conceitos e teorias estrangeiros, como cidade global, inteligente, patrimonial, sustentável etc., que circulam no meio científico e nas políticas urbanas. Tais conceitos podem se materializar mediante intervenções e projetos urbanos em áreas pontuais, a exemplo de intervenções nos centros históricos desenvolvidas com o apoio de organizações internacionais, empresas privadas e agentes externos, mas

com pouca participação das populações locais, por vezes deslocadas (Jajamovich; Saraiva; Silvestre, 2021). Isso geraria uma lógica exclusiva e excludente (Delgadillo, 2014), sustentada por discursos que mascaram ganhos econômicos privados pela valorização dessas áreas urbanas e do aproveitamento das rendas diferenciais.

Guevara (2015), Jajamovich, Saraiva e Silvestre (2021) e Pradilla Cobos (2014) afirmam que, enquanto aumenta esse tipo de intervenção pontual, está em decadência o planejamento da cidade como totalidade mediante os planos que se configuram como ferramenta disputada para o ordenamento e a distribuição dos ônus e benefícios da urbanização. A expansão urbana não acompanharia os planos, quando existentes, pelas disputas políticas quanto à aplicabilidade dos instrumentos de planejamento e financiamento, o que explicaria as dinâmicas *informais*⁶ para determinados autores. Pradilla Cobos (2014), por exemplo, relaciona a ausência de oferta adequada de terra e moradia para as camadas de baixa renda à busca por terras mais baratas. Esse processo impulsionaria a expansão urbana pela mudança do uso do solo rural para urbano. Nesse sentido, cabe nos perguntar sobre o papel das dinâmicas de poder local no contexto da globalização neoliberal e capitalista (Jajamovich; Saraiva; Silvestre, 2021).

Esses ilegalismos são processos que se constroem politicamente, exemplificando a dinâmica de captura do Estado⁷ por grupos com poder político e econômico sem importar as afetações aos setores majoritários, inclusive às camadas de renda média e alta (Pradilla Cobos, 2014). Autores como Aguirre, Arroyo e Buitrago Bermúdez (2023) e Sabatini *et al.* (2017) vão além de explicar essas dinâmicas, fazendo referência aos detentores do capital em abstrato ao identificarem o papel dos promotores imobiliários, enquanto Viale (2017) ressalta a atuação da mídia, nessa captura.

Tanto a inserção periférica e dependente no contexto global como as dinâmicas locais de captura do Estado e as especificidades múltiplas da região contribuem para as remoções e os deslocamentos que fundamentam e aprofundam

6. Categorias como “informal” *versus* “formal” ou “cidade ilegal” *versus* “cidade legal” podem dificultar a compreensão desses espaços de forma relacional. É necessário avançar no entendimento de como esses ilegalismos são gerenciados, produzidos, reprimidos ou mantidos como expressão de relações de poder, assim como a função dos chamados espaços “informais” na urbanização latino-americana.

7. Entende-se por captura do Estado a “influência, cooptação e dominação política sobre o Estado que distorce as decisões de política pública em favor de alguns privilegiados que concentram poderes de decisão, podendo ser elites econômicas ou políticas, inclusive famílias e partidos” (Durand, 2016, p. 9) Nesse sentido, por exemplo, seria importante prestar atenção à concentração de poder do setor imobiliário e sua influência na expansão urbana por meio de sua interferência nas decisões públicas mediante mecanismos de cooptação. DURAND, F. *Cuando el poder extractivo captura el Estado: lobbies, puertas giratorias y paquetazo ambiental en Perú*. Lima: Oxfam, 2016.

os fenômenos de desigualdade, segregação socioespacial, fragmentação e gentrificação (Lopez; Paraizo, 2022). Contudo, pouco se tem aprofundado, por exemplo, sobre como, nas cidades mais segregadas, as camadas mais empobrecidas se localizam nas áreas de risco. Os estudos a esse respeito, geralmente, analisam casos específicos com base nos debates de segregação e justiça ambiental, sem teorizar a respeito do processo de urbanização de forma mais ampla.

2. A relação urbano-rural no processo de urbanização

Na América Latina, a partir de meados do século XX as relações urbano-rurais estiveram definidas por teorias que explicaram o fenômeno por bases epistemológicas e ontológicas pertencentes a outras realidades, inviabilizando agentes e especificidades regionais. Entre as primeiras formulações estão as teorias da modernização, associadas às ideias de desenvolvimento, progresso e construção de uma sociedade moderna (Aguirre; Arroyo; Buitrago Bermúdez, 2023; Berardo, 2019; Dueñas Checa, 2017; Pérez-Martínez, 2016; Picciani, 2018).

Essa perspectiva dualista e etapista contribuiu para associar estereótipos a um recorte espacial, como o rural ao atraso e o urbano ao moderno, promovendo análises parciais e excludentes. Entre os paradigmas que sustentam essa abordagem, encontra-se o *continuum rural-urbano*, que tratava a passagem do rural para o urbano enquanto um processo de perda de uma sociedade tradicional. Trata-se de uma abordagem que diferencia o rural do urbano de acordo com variáveis como tamanho, densidade, emprego e meio ambiente (Dueñas Checa, 2017; Méndez, 2005; Picciani, 2018). Entre os conceitos que surgem desse paradigma, está o de *rururbanização*, que, diferentemente do periurbano, identifica as áreas rurais pela presença de habitações unifamiliares dispersas e isoladas, localizadas junto a áreas agrícolas e florestais – algo como uma urbanização dos espaços agrícolas (Bauer; Roux, 1976 *apud* Dueñas Checa, 2017; Picciani, 2018).

Na metade do século XX, as teorias explicavam as relações urbano-rurais por diferentes enfoques. As abordagens sociocríticas identificavam a existência de complementariedade, dependência ou inter-relação funcional (Berardo, 2019; Dueñas Checa, 2017; Pérez-Martínez, 2016; Piacciani, 2018), evidenciando relações assimétricas e dialéticas entre a sociedade rural e a urbano-industrial a partir do materialismo histórico. Tais teorias consideravam que não haveria passagem de uma etapa para outra, justamente por se basearem na leitura dialética das dinâmicas. Ou seja, consideram-se “a inter-relação, interação e interdependência do meio rural e urbano-industrial” (Dueñas Checa, 2017, p. 279). Ademais, as teorias associavam essa separação à divisão territorial do trabalho, na qual a cidade se converteria em um agente parasitário.

Dueñas Checa (2017) identifica três posturas vinculadas às teorias críticas. A primeira, chamada por Rubio (2002 *apud* Dueñas Checa, 2017) de *vínculo indústria-agricultura e subordinação excludente*, explica a marginalização da produção camponesa pela agroindústria no marco de reprodução do capital. A segunda, denominada *heterogeneidade dos processos rurais em sua articulação com o capital*, tendo como expoente principal Emilio Pradilla Cobos (2002), considera que as transformações rurais estão relacionadas às lógicas da acumulação de capital, gerando a *descampesinização*. A terceira, a *teoria da desruralização* (Wallerstein, 2005), compreende a relação urbano-rural com base na economia-mundo, na qual as crises cíclicas utilizariam estratégias de superação, como a valorização de recursos naturais e a urbanização do campo mediante a *desruralização* (Corredor, 2014 *apud* Dueñas Checa, 2017; Pérez-Martínez, 2016; Picciani, 2018).

Depois da década de 1970, o rural passou a ser lido como espaço de expansão das áreas metropolitanas, transformadas nas conhecidas periferias urbanas, estabelecendo uma relação de interdependência e hierarquização (Aguirre; Arroyo; Buitrago Bermúdez, 2023). Essa abordagem teórica ainda é hegemônica em pesquisas da região. Segundo revisões realizadas por esses autores, o entendimento do rural num contexto de expansão metropolitana serve aos interesses de agentes capitalistas que, mediante a realocação de equipamentos, serviços e construção de condomínios, geraram fragmentação e segregação espacial (Hidalgo *et al.*, 2005; Salazar *et al.*, 2011 *apud* Aguirre; Arroyo; Buitrago Bermúdez, 2023).

Na atualidade, diversos autores desenvolvem novas perspectivas teóricas que propõem uma revisão de categorias e elementos analíticos (Pérez-Martínez, 2016; Picciani, 2018). Foram identificadas duas aproximações para compreender essa relação no contexto contemporâneo. A primeira (Picciani, 2018) parte da perspectiva do desenvolvimento geográfico desigual para propor uma reflexão da relação urbano-rural por marcos teóricos que respondem a fenômenos geo-históricos da América Latina. Para isso, são utilizadas duas categorias: (i) a *divisão territorial do trabalho* e (ii) *território usado* (Santos, 1996), além da releitura deste último para o século XXI feita por Silveira (2009). Picciani (2018) sustenta que essa ligação é expressa em formas organizacionais que se recriam, coexistem e resistem perante novos processos que se articulam em relação às suas funcionalidades. Além disso, pontua que a relação urbano-rural deve ser estudada enquanto uma “associação dinâmica” (*ibid.*, p. 11, tradução nossa), atentando aos objetos que perduram, aos que se transformam e aos que permanecem.

Para essa autora, o caso argentino revela como os espaços rurais estão longe de significar retrocesso. Ao contrário, eles evidenciarão uma relação entre o sistema financeiro, as firmas transnacionais e a tecnologia, gerando o uso corporativo do espaço. Picciani sustenta que a influência da cidade sobre o campo diz

respeito às “formas do território que resultam de uma modernização geradora de novos contornos espaciais que são redefinidos funcionalmente [...] agora o campo é o que está demandando atualização da cidade para poder aumentar os níveis de produtividade” (Picciani, 2018, p. 25, tradução nossa). Por isso, seria necessário considerá-los como produtos da justaposição, de superposição e ordens verticais e horizontais que dão lugar a novas formações socioespaciais (*ibid.*).

Uma segunda aproximação parte do pós-estruturalismo crítico. Pérez-Martinez (2016) propõe entender as relações rural-urbanas baseando-se no conceito de *ensamble territorial rururbano*, entendido como “cenários de confluência sistêmica depositários de continuidades-descontinuidades espaçotemporais, expressão de fronteiras de diferenciação ou zonas em ligação político-estratégica” (*ibid.*, p. 107, tradução nossa). O autor considera que, além das inter-relações escalares local e global, haveria um terceiro espaço relacional local-lugar-global que possibilitaria identificar a *identidade rururbana*, contribuindo para entender o significado simbólico dessa tripla interação. E propõe ainda a ideia de *simulacros discursivos* ou *constituição dialógica* para apreender a dimensão político-simbólica da identidade *rururbana*. Esses recursos metodológicos consistiram na escuta, atenção, sensibilidade e cooperação para compreender como os sujeitos constroem sua identidade como um todo e, assim, identificar a política do lugar (*ibid.*).

Apesar desses avanços, as perspectivas e as teorias não são capazes de explicar determinados processos que acontecem na América Latina. Primeiro, as escalas de análise tendem a ocupar os extremos: por um lado, busca-se compreender a inserção dos processos de urbanização no sistema mundo; por outro, as microescalas saem do horizonte de análise, o que pode contribuir para a ocorrência de injustiças epistêmicas e a invisibilização de resistências e reexistências nos processos por parte de diversos agentes. Além disso, percebe-se que muitas análises das cidades latino-americanas são realizadas sem que se compreenda o devido contexto histórico, político, social e econômico. A falta de contextualização pode contribuir para sínteses a-históricas e desvinculadas de processos situados. Junto a isso, a questão extrativista latino-americana não é incorporada nas discussões, sendo um aspecto relevante para a compreensão da produção do espaço, como ocorre com as novas configurações geográficas associadas – exemplo dos espaços da extração ou das paisagens operacionais (Arboleda, 2015). Por último, o questionamento da relação socionatural tampouco se faz presente nas teorias que analisam o urbano-rural.

3. A relação sociedade-natureza na urbanização latino-americana

A teoria urbana latino-americana permanece diante do desafio de integrar as articulações entre sociedade e natureza aos seus marcos analíticos sobre a urbanização. No geral, aspectos dessa relação são mencionados de forma indireta

e tangencial, quando não relegados ao plano do não dito. A *natureza* é frequentemente tratada como suporte neutro ou passivo das transformações territoriais impulsionadas pelas dinâmicas capitalistas, sendo o espaço “natural” frequentemente absorvido, fragmentado ou transformado pelos processos urbanos. Há um entendimento de dominância do espaço urbano sobre o rural e da sociedade sobre a natureza. Quando é pensada a natureza pela lente da crítica à economia política capitalista, costuma ser apenas mencionada a atividade extrativista como elemento que relaciona o sistema central e o sistema dependente (Osorio, 2012), sem demais aprofundamentos.

A urbanização contemporânea é com frequência reduzida ao processo de expansão física das cidades sobre territórios previamente classificados como rurais ou naturais, transformando profundamente o uso e a configuração desses espaços (Aguirre; Arroyo; Buitrago Bermúdez, 2023; Dueñas Checa, 2017; Moura, 2012; Pradilla Cobos, 2014). Tais abordagens tendem a ignorar as consequências socioambientais desse processo e a relação com condições socioambientais prévias potencialmente inibidoras ou propulsoras da expansão das cidades. A natureza é entendida, portanto, como cenário externo alheio à lógica urbana, elemento que passa a ser passivamente incorporado aos espaços das cidades conforme estas são expandidas.

No âmbito conceitual, observa-se a emergência de termos como *periurbanização* e *metropolização expandida* (Aguirre; Arroyo; Buitrago Bermúdez, 2023; Arboleda, 2015; Berardo, 2019; Guevara, 2015; Moura, 2012). Esses conceitos enfatizam dinâmicas sociais, econômicas e tecnológicas que levam à ocupação e à reconfiguração do território, com implicações tanto para áreas urbanas como para áreas rurais contíguas. A caracterização dessa relação nos espaços urbanos latino-americanos é brevemente abordada segundo os “impactos socioambientais agudizados pelos volumes populacionais e usos predatórios” (Moura, 2012, p. 16), o que revela a falta de elaboração teórica sobre a questão ecológica relacionada à urbanização ao não apontar, por exemplo, a flexibilização da legislação, a chantagem locacional e a dependência econômica.

A defesa do direito à cidade, central aos estudos urbanos críticos, estende-se ao direito à natureza com base na mobilização em prol da proteção de áreas verdes e ecossistemas ameaçados. Observa-se, assim, a incorporação da pauta ambiental às lutas urbanas, surgindo uma espécie de *ambientalização* dos movimentos sociais urbanos (Acselrad, 2010; Quimbayo Ruíz, 2018). Esse tópico tem sido identificado na teoria urbana em conjunto com outros movimentos urbanos, como as lutas por questões raciais e de gênero (Carrión; Dammert Guardia, 2016; Pradilla Cobos, 2014; Scarpacci; Siqueira, 2022), mas sem ser articulado na teoria dos processos de

urbanização. Por isso, consideramos importante aprofundar a teorização de suas dinâmicas e os caminhos possíveis para o que Viale denomina “a luta por uma mudança no paradigma do crescimento da cidade” (2017, p. 15).

É nesse impasse teórico que a Ecologia Política Urbana é mobilizada em alguns (poucos) artigos recentes⁸ como campo epistemológico capaz de deslocar o debate, recorrendo ao conceito de *metabolismo urbano* para operacionalizar uma interpretação da produção socioespacial que destaque a relação sociedade-natureza. Delgado Ramos (2015) defende uma abordagem *holística* para superar a separação analítica sociedade-natureza, articulando diversos campos e subcampos teóricos – como a Ecologia Política Urbana, a história ambiental, a economia política e os estudos urbanos. Assim, defende uma espécie de *estudo de viabilidade* das tipologias de metabolismo social e das transições metabólicas das cidades segundo os *sistemas complexos* – aqueles que contariam com componentes heterogêneos com relações e implicações multiescalares e multidimensionais (Delgado Ramos, 2015). Nessa discussão, esse autor evidencia como escolhas conceituais e categorias analíticas são processadas por relações de poder, sugerindo a necessidade de elaboração de novos quadros teóricos aptos a compreender e a contestar os modos de urbanização latino-americanos e suas implicações para as estratégias emancipatórias.

As noções de “tipologia de metabolismo social” e “transições metabólicas” (Delgado Ramos, 2015, p. 111, tradução nossa) podem indicar um caminho para compreender as especificidades do contexto latino-americano aprofundadamente, ao mesmo tempo que poderiam nortear propostas de alteração do chamado metabolismo urbano e social de forma propositiva. A problematização das transições metabólicas constituiria uma oportunidade não apenas de análise crítica do contexto latino-americano, mas também de articulação de projetos alternativos de metabolismo social, capazes de propor rupturas com os paradigmas da acumulação.

Outras abordagens estabelecem a relação sociedade-natureza apoiando-se na articulação entre desigualdade socioespacial e socioambiental nas cidades, entendendo que os locais mais empobrecidos seriam aqueles que mais sofrem com as alocações danosas dos custos ambientais da urbanização (Abarca; Moraes, 2019)⁹. Não há, contudo, uma visão crítica da categoria natureza, cujo significado é usualmente fundamentado no senso comum enquanto elementos apartados de ação humana. É necessário avançar nesse sentido, incorporando bibliografias que

8. Apenas dois artigos selecionados utilizam o marco teórico da Ecologia Política Urbana: Delgado Ramos (2015) e Abarca e Moraes (2019).

9. Essa relação também foi abordada por Acselrad (2006, 2013), ao demonstrar como a mobilidade dos capitais se aproveita da imobilidade das maiorias empobrecidas para alocar seus resíduos indesejáveis de produção nos espaços de moradia dessa população.

debatem o modo como certas materialidades e objetos são estrategicamente categorizados como natureza para legitimar dispositivos de apropriação e dominação (Castree, 2001; Demeritt, 2001), contribuindo para a produção de injustiças sociais.

A Ecologia Política Urbana, ao deslocar a dualidade sociedade-natureza e enfatizar a produção socionatural do espaço, emerge como campo teórico que propõe articular os debates sobre metabolismo, justiça socioambiental e transformação territorial relacionada à urbanização. Percebe-se, contudo, que, mesmo quando estudos no marco dessa área avançam em abordagens relacionais, permanece a centralidade das necessidades urbanas no direcionamento das transformações territoriais, nos espaços rurais e na subordinação aos países centrais. O papel do setor agroextrativista, com tamanho poder político na história da América Latina, por exemplo, raramente é abordado ou analisado na relação metabólica campo-cidade – incluindo as grandes metrópoles.

Conclusões

A produção do conhecimento urbano na América Latina, ao longo de suas sucessivas inflexões históricas e teóricas, tem sido atravessada por disputas interpretativas e pela prevalência de matrizes analíticas que privilegiaram a centralidade da cidade como objeto e horizonte explicativo dos processos de urbanização. Ao propormos o deslocamento da ênfase teórica sobre a urbanização para nexos que articulem o espaço urbano, o espaço rural, a natureza e a sociedade no território, circunscrevemos a nossa problemática à necessidade de avançar o entendimento da urbanização enquanto processo para além da expansão da mancha urbana, da metropolização, das desigualdades socioespaciais e da exploração do trabalho urbano. Apesar de se constituírem em elementos necessários para compreender a urbanização dependente e periférica aqui enraizada, a realidade latino-americana evidencia outros fatores essenciais ao entendimento da urbanização, como as questões rurais, os conflitos socioambientais dentro e fora das cidades e as atividades extrativistas (Acselrad; Michelotti; Rbeur, 2024)¹⁰.

Diante disso, interrogamos se é possível construir, desde a América Latina, uma teoria da urbanização não centrada na cidade. Apresentamos abordagens teóricas que relacionaram ambientes e territórios diversos em suas explicações da urbanização, mas questionamos as limitações interpretativas pelo destaque dado às cidades. No eixo dedicado à urbanização latino-americana, identificamos como reorientação teórico-metodológica a apreensão da complexidade multiescalar,

10. Ver a edição de 2024 (v. 26, n. 1) da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* para discussões recentes sobre o neoextrativismo latino-americano.

socioecológica e historicamente situada dos processos urbanos na região. Embora os aportes da tradição sociocrítica, especialmente aqueles informados pelo marxismo e pela Ecologia Política Urbana, tenham contribuído de modo significativo para desvelar as formas pelas quais o urbano se constitui enquanto expressão das contradições do capital, permanecem lacunas importantes no reconhecimento das especificidades epistêmicas, políticas e territoriais que estruturam os modos de urbanização periférica (Richmond; Jesus; Legroux, 2025)¹¹. Percebeu-se o uso de conceitos que, apesar de relevantes para a produção de conhecimento científico sobre a urbanização, permanecem sem ancoragem nas realidades locais. Identificamos também a necessidade de consolidar uma teoria crítica da urbanização latino-americana que, para além da denúncia, avance na produção de categorias analíticas próprias, comprometidas com a coprodução do conhecimento e com a justiça socioambiental, capazes de revalorizar saberes subalternos como condição para uma reelaboração epistemológica do campo urbano-regional.

A despeito das contribuições de autores que advogam pela superação da cisão rural-urbano e pelo aprofundamento do conceito de metabolismo socioespacial, o debate ainda negligencia a heterogeneidade das experiências locais, as multiescalaridades e, especialmente, o papel estruturante do extrativismo e suas paisagens associadas na reorganização do território. Persistem, portanto, desafios teóricos, como a ausência de escalas intermediárias capazes de mediar a totalidade e as especificidades locais; a limitada problematização do metabolismo urbano e da subordinação territorial imposta pelo extrativismo; e a incipiente integração das epistemologias insurgentes que emergem dos sujeitos historicamente marginalizados. Avançar na construção de uma teoria crítica da urbanização requer, portanto, tensionar as fronteiras disciplinares e epistêmicas, ampliando as chaves analíticas para incorporar os conflitos sacionaturais, os dispositivos de poder territorial e as reconfigurações espaciais produzidas pelas transformações rurais e do que se entende por “natureza” no capitalismo dependente. Observamos, também, a persistente marginalização da relação sociedade-natureza no debate latino-americano sobre a urbanização. A limitada problematização do papel do extrativismo, a incipiente crítica do conceito de natureza nos próprios marcos da teoria urbana e a rara integração entre lutas ambientais e urbanas indicam que o campo ainda carece de sistematizações capazes de enfrentar os desafios do contexto latino-americano.

Assim, uma abordagem relacional e multiescalar entre os ambientes urbano e rural, sociedade e natureza, e as relações de poder vinculadas, pode contribuir

11. Ver a edição de 2025 (v. 27, n. 1) da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* para discussões sobre o “giro periférico” nos estudos urbanos.

para uma leitura latino-americana da urbanização que permita avançar na compreensão de como fluxos de capital, pessoas, recursos e saberes circulam pelos diferentes espaços articulando distintos ambientes construídos. Tais esforços teóricos e metodológicos, ao promoverem uma abordagem processual e dialética, contribuiriam para superar um entendimento consolidado dos fluxos da urbanização em sentido único, tendo um local de “partida” (rural) e outro de “chegada” (urbano) para uma abordagem que considere uma dinâmica contínua, evidenciando mais as *continuidades relacionais* das práticas em múltiplas escalas. Para tornar explícitas as contribuições do artigo, organizamos, no Quadro 2, as lacunas identificadas e os deslocamentos teóricos propostos. A matriz visa sintetizar as reflexões aqui desenvolvidas para contribuir na construção de uma agenda latino-americana de pesquisa sobre o processo de urbanização.

Eixo	Lacuna	Deslocamento proposto
<i>Teoria e epistemologia</i>	Falta de elaboração teórica crítica e situada na América Latina; dependência de adjetivação de teorias importadas; incipiente integração de epistemologias insurgentes; falta de contextualização histórica/política.	Produzir categorias analíticas próprias, coproduzidas e orientadas à justiça socioambiental; valorizar saberes subalternos como base para reelaboração epistemológica do campo urbano-regional.
<i>Escala e território</i>	Análises concentradas em intervenções pontuais; ausência de escalas intermediárias (entre local e global); pouca atenção ao poder local.	Operar multiescalarmente, introduzindo escalas intermediárias e vinculando dinâmicas de poder local aos rebatimentos territoriais de longa duração.
<i>Modelo de urbanização (para além da fábrica/cidade)</i>	Urbanização lida com base nas fábricas e na centralidade urbana; centralidade dos espaços urbanos no comando e no direcionamento das transformações.	Conceber a urbanização como processo relacional e multissituado, articulando conflitos e fluxos multidirecionais dentro/fora das cidades, com metabolismo e circulação como elementos analíticos.
<i>Urbano-rural</i>	Teoria etapista (rural = “atraso” e urbano = “moderno”); insuficiente articulação com as heterogeneidades e questões rurais; leitura centrada nos aspectos físicos/construídos do espaço, não na relação e no entendimento do espaço enquanto espaço social.	Tratar o urbano-rural como relação de mútua constituição, ainda que possa ser assimétrica e desigual; analisar o papel das transformações rurais no processo de urbanização latino-americano como propulsoras de urbanização (e não o contrário); focar as relações (e não os recortes espaciais).
<i>Sociedade-natureza</i>	“Natureza” como cenário passivo e como senso comum; leitura da urbanização como mera expansão física; questão ambiental reduzida a “impactos” e/ou a “usos predatórios”; pouca teorização da produção social do risco; frágil vinculação das lutas urbanas e rurais; direito à natureza pouco integrado ao direito à cidade.	Criticar e historicizar a “natureza” como categoria estratégica de apropriação/dominação; incorporar a noção de metabolismo social em perspectiva relacional (superando a lógica de locais de “partida” e “chegada”); teorizar a regulação ambiental e seus dispositivos de poder (flexibilização normativa, chantagem locacional, dependência econômica); integrar justiça socioambiental e direito à natureza às agendas urbanas.

Extrativismo	Questão extrativista pouco incorporada na produção do espaço; papel do extrativismo subteorizado na teoria da urbanização.	Afirmar o papel estruturante do extrativismo e de suas paisagens operacionais na reorganização territorial e urbana; compreender o papel do setor agroextrativista e de seus agentes no direcionamento da urbanização; compreender como os fluxos vinculados aos extrativismos se articulam com as questões urbanas.
--------------	--	--

Quadro 2. Matriz-síntese de lacunas e deslocamentos teóricos propostos

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Referências

- ABARCA, A. L. F.; MORAES, L. M. Ecologia Política Urbana no estudo da cidade segregada latino-americana. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 2, n. 43, p. 274-295, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.36810/rde.v2i43.6296>. Acesso em: 16 maio. 2025.
- ACSELRAD, H. Tecnologias sociais e sistemas locais de poluição. *Horizontes Antropológicos*, v. 12, n. 25, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000100007>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- _____. Ambientalização das lutas sociais – O caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- _____. Desigualdade ambiental, economia e política. *Astrolabio*, n. 11, 2013. DOI: <https://doi.org/10.55441/1668.7515.n11.5549>. Acesso em: 5 jun. 2025.
- ACSELRAD, H.; MICHELOTTI, F.; RBEUR. Neoextrativismo: entre critérios quantitativos e qualitativos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 26, n. 1, 2024. DOI: [10.22296/2317-1529.rbeur.202430](https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202430). Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7783>. Acesso em: 5 jun. 2025.
- AGUIRRE, M. A.; ARROYO, M. M.; BUITRAGO BERMÚDEZ, O. Processos de urbanização e metropolização na América Latina. Alguns elementos para sua reflexão. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, v. 58, n. 122, p. 117-134, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis28339>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- ANGELO H.; WACHSMUTH, D. Urbanizing urban political ecology: A critique of methodological cityism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 39, n. 1, p. 16-27, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12105>. Acesso em: 5 jun. 2025.
- ARÁOZ, H. M. *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade*. São Paulo: Elefante, 2020.
- ARBOLEDA, M. Spaces of Extraction, Metropolitan Explosions: Planetary Urbanization and the Commodity Boom in Latin America. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 40, p. 96-112, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12290>. Acesso em: 10 out. 2025.

- BERARDO, M. Más allá de la dicotomía rural-urbano. *QUID 16. Revista del Área de Estudios Urbanos*, n. 11, p. 316-324, 2019. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/quid16/article/view/3607>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- CARRIÓN, F.; DAMMERT GUARDIA, M. Los estudios urbanos en América Latina: Un espejo donde mirarse. In: METZGER, P.; REBOTIER, J.; ROBERT, J, URQUIETA P.; VEGA CENTENO, P. *La cuestión urbana en la región andina*. Miradas sobre la investigación y la formación. Quito: Pontificia Universidad Católica de Ecuador, 2016. p. 241-280. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=859658>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- CASTREE, N. Socializing Nature: Theory, Practice, and Politics. In: CASTREE, N.; BRAUN, B. (ed.). *Social Nature: Theory, Practice, and Politics*. Oxford: Blackwell, 2001. p. 1-21. Disponível em: <https://share.google/nIdAa5cxuLKWmtNtK>. Acesso em: 10 out. 2025.
- DELGADILLO, V. Urbanismo a la carta: teorías, políticas, programas y otras recetas urbanas para ciudades latinoamericanas. *Cadernos Metrópole*, v. 16, n. 31, p. 89-111, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=402833927004>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- DELGADO RAMOS, G. C. Complejidad e interdisciplina en las nuevas perspectivas socioecológicas: la ecología política del metabolismo urbano. *Letras Verdes. Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales*, n. 17, p.108-130, 2015. DOI: <https://doi.org/10.17141/letrasverdes.17.2015.1442>. Acesso em: 10 out. 2025.
- DEMERRIT, D. Being Constructive about Nature. In: CASTREE, N.; BRAUN, B. (ed.). *Social Nature: Theory, Practice, and Politics*. Oxford: Blackwell, 2001. p. 22-40. Disponível em: <https://share.google/nIdAa5cxuLKWmtNtK>. Acesso em: 10 out. 2025.
- DUEÑAS CHECA, L. A. Elementos para el análisis contemporáneo de la tensión entre lo urbano y lo rural. *Revista Virtual Universidad Católica del Norte*, n. 51, p. 272-291, 2017. DOI: <https://revistavirtual.ucn.edu.co/index.php/RevistaUCN/article/view/847/1365>. Acesso em: 12 out. 2025.
- FORTANELL RUIZ, M. A. Ciudades sustentables en América Latina. Una reflexión desde la descolonialidad del poder. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, v. 25, n. 91, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27965041009>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- GLITZ MAYRINK, P.; LOPEZ JAVIER, S. E.; QUIMBAYO RUIZ, G. A.; VÁSQUEZ, F. Miradas a la ecología política de la urbanización desde Suramérica. In: ARIZA-MONTOBBIO, P.; CARRIÓN, A. (coord.). *Ecología política urbana ante el cambio climático*. Quito: Flacso Ecuador, 2021. p. 37-76. Disponível em: <https://www.flacso.edu.ec/cambioclimatico/publicaciones/ecologia-politica-urbana-ante-el-cambio-climatico/>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- GORELIK, A. *La ciudad latinoamericana, una figura de la imaginación social del siglo XX*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2022. Disponível em: <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs3/index.php/revihistoriargenya/article/view/6955>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- GUEVARA, T. Abordajes teóricos sobre las transformaciones sociales, económicas y territoriales en las ciudades latinoamericanas contemporáneas. *EURE (Santiago)*, v. 41, n. 124, p. 5-24, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612015000400001>. Acesso em: 16 maio 2025.

- HEYNEN, N.; KAIKA, M.; SWYNGEDOUW, E. Urban political ecology: Politicizing the production of urban natures. In: HEYNEN, N.; KAIKA, M.; SWYNGEDOUW, E. (ed.). *In the Nature of Cities: Urban political ecology and the politics of urban metabolism*. London and New York: Routledge, 2006. p. 1-19. Disponível em: <https://share.google/3RB2HZ-06mf5Jvl6X0>. Acesso em: 12 mar. 2025.
- HIDALGO, R.; SALAZAR, A.; LAZCANO, R.; ROA, F.; ÁLVAREZ, L.; CALDERÓN, M. Transformaciones socioterritoriales asociadas a proyectos residenciales de condominios en comunas de la periferia del Área Metropolitana de Santiago. *Revista INVI*, v. 20, n. 54, 2005. DOI: 10.5354/0718-8358.2005.62174. Disponível em: <https://revistainvi.uchile.cl/index.php/INVI/article/view/62174>. Acesso em: 16 mar. 2026.
- HIERNAUX-NICOLAS, D.; GONZÁLES-GÓMEZ, C. I. La ciudad maquillada: las nuevas máscaras de la ciudad en el siglo XXI. In: HIERNAUX-NICOLAS, D.; GONZÁLES-GÓMEZ, C. I. (coord.). *La ciudad latinoamericana a debate, perspectivas teóricas*. México: Universidad Autónoma de Querétaro, 2017. p. 93-124. Disponível em: <https://reddidacticaeogografia.wordpress.com/2018/06/15/libro-la-ciudad-latinoamericana-a-debate-perspectivas-teoricas-daniel-hiernaux-nicolas-carmen-imelda-gonzalez-gomez/>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- JAJAMOVICH, G.; SARAIVA, C.; SILVESTRE, G. Circulación de ideas de planificación urbana y de políticas urbanas en América Latina. In: PÍREZ, P.; RODRÍGUEZ, M. C. *Las políticas neoliberales y la ciudad en América Latina: Desafíos teóricos y políticos*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2021. p. 331-357. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/items/d400cf5a-3639-4f8b-8e47-4ffd3bc03c35>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- KAIKA, M.; SWYNGEDOUW, E. Fetishizing the modern city: The phantasmagoria of urban technological networks. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 24, n. 1, p. 120-138, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1111/1468-2427.00239>. Acesso em: 16 out. 2025.
- _____. The Urbanization of Nature: Great Promises, Impasse, and New Beginnings. In: BRIDGE, G; WATSON, S. *The New Blackwell Companion to the City*. Oxford: Blackwell, 2012. p. 96-107.
- LEFF, E. *Ecologia Política: Da desconstrução do capital à territorialização da vida*. Campinas: Editora da Unicamp, 2021. Disponível em: <https://share.google/T6MRNnfGTmA6gQpnd>. Acesso em: 16 out. 2025.
- _____. Ecologia Política. In: PORTO-GONÇALVES, C. W.; MALHEIRO, B. C. P.; BARCELOS, E.; MONTENEGRO, J.; GÓMEZ, L. M. H.; PÉREZ, M. S.; CRUZ, V. do C. (org.). *Dicionário de Ecologia Política*. Rio de Janeiro: Consequência, 2024. p. 28-33.
- LOPEZ, S.; PARAIZO, R. Los desplazamientos sociales en los programas de renovación urbana del Centro Histórico de Lima (1996-2016). *EURE (Santiago)*, v. 48, n. 145, 2022. DOI: <https://dx.doi.org/10.7764/eure.48.145.12>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- MATTOS, C. A. Metropolitización y suburbanización. *EURE (Santiago)*, v. 27, n. 80, p. 5-8, 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612001008000001>. Acesso em: 7 abr. 2025.

- MÉNDEZ, M. Contradicción, complementariedad e hibridación en las relaciones entre lo rural y urbano. In: ÁVILA SANCHEZ, H. *Lo urbano-rural, ¿nuevas expresiones territoriales?* México: Unam, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 2005. p. 87-121. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/Mexico/crim-unam/20100503120801/Lo_urbano_rural.pdf. Acesso em: 7 abr. 2025.
- MONTOYA, J. W. Globalización, dependencia y urbanización: la transformación reciente de la red de ciudades de América Latina. *Revista de geografía Norte Grande*, n. 44, p. 5-27, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022009000300001>. Acesso em: 7 abr. 2025.
- MOURA, R. A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea. *EURE (Santiago)*, v. 38, n. 115, p. 5-31, set. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612012000300001>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- NAVARRETE ESCOBEDO, D. Formas y conceptos de la urbanización planetaria para una lectura de la ciudad latinoamericana. *Andamios*, v. 10, n. 22, p. 69-90, 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-00632013000200005&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 25 de mar. 2025.
- OSORIO, J. Elementos para una construcción teórica sobre América Latina. *Argumentos*, v. 25, n. 69, p. 187-202, 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-57952008000300006&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2025.
- OSORIO ARDILA, G. A.; QUIMBAYO RUIZ, G.; LOPEZ, S.; VASQUEZ, F. R.; GLITZ MAYRINK, P. Urbanización de la naturaleza, pandemia del covid-19 y desigualdades socio-ecológicas en Sur América. *Boletín Geocrítica Latinoamericana*, n. 5, p. 25-43, 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-5-geocritica-latinoamericana/>. Acesso em: 25 de mar. 2025.
- PÉREZ-MARTINEZ, M. E. Las territorialidades urbano rurales contemporaneas: Un Debate Epistemológico y Metodológico para su Abordaje. *Revista Bitácora Urbano Territorial*, v. 26, n. 2, p. 103-112, jul.-dez. 2016. DOI: <https://doi.org/https://dx.doi.org/10.15446/bitacora.v26n2.56216>. Acesso em: 30 de mar. 2025.
- PICCIANI, A. L. Discusiones teóricas sobre la dinámica funcional en el vínculo espacial urbano y rural. *Pampa (Santa Fe)*, v. 14, p. 9-28, 2016. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-02082016000200001&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 7 abr. 2025.
- PRADILLA COBOS, E. Campo y ciudad en el capitalismo actual. *Cidades*, n. 14, p. 3-8, 2002. Disponível em: <http://www.emiliopradillacobos.com/artsabril2011/campoyciudadanel-capactual.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2025.
- _____. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. *Cadernos Metrópole, Dossiê: teoria urbana e cidade neoliberal na América Latina*, v. 16, n. 31, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3102>. Acesso em: 7 abr. 2025.
- QUIMBAYO RUIZ, G. A. People and urban nature: The environmentalization of social movements in Bogotá. *Journal of Political Ecology*, v. 25, n. 1, p. 526-547, 2018. DOI: <https://doi.org/10.2458/v25i1.23096>. Acesso em: 25 mar. 2025.

- QUIMBAYO RUIZ, G. A.; VÁSQUEZ RODRÍGUEZ, F. Hacia una ecología política de la urbanización en América Latina. *Ecología política, cuadernos de debate internacional*, n. 51, p. 43-51, 2016. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/hacia-una-ecologia-politica-de-la-urbanizacion-en-america-latina/>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; CARDOSO, A. L. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. *Revista Espaço & Debates*, n. 37, p. 77-89, 1994. Disponível em: <https://urbandata-brasil.fflch.usp.br/producoes-em-periodicos-cientificos/planejamento-urbano-no-brasil-paradigmas-e-experiencias>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- RICHMOND, M. A.; JESUS, P. M. de; LEGROUX, J. Editorial: A “poliperiferia” e o “giro periférico” nos Estudos Urbanos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 27, n. 1, 2025. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202535pt. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7975>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- SABATINI, F.; RASSE, A.; CÁCERES, G.; SARELLA ROBLES, M.; TREBILCOCK, M. P. Promotores inmobiliarios, gentrificación y segregación residencial en Santiago de Chile. *Revista mexicana de sociología*, v. 79, n. 2, p. 29-259, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032017000200229&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 3 abr. 2025.
- SANTOS, M. *Metamorfosis del espacio habitado*. Barcelona: Oikostan, 1996. Disponível em: <https://share.google/e33C1BR11uwohT6TL>. Acesso em: 13 out. 2025.
- SCARPACCI, M.; SIQUEIRA, H. Fricciones epistémicas para construir una teoría crítica urbana-regional situada, dinámica y política. In: PRADILLA COBOS, E. *La producción de la ciudad latinoamericana durante el neoliberalismo*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2022. p. 515-545. Disponível em: <https://casadelibrosabiertos.uam.mx/gpd-produccion-de-la-ciudad-latinoamericana-durante-el-neoliberalismo-la.html>. Acesso em: 3 out. 2025.
- SILVEIRA, M. L. Región y división territorial del trabajo: desafíos en el período de la globalización. *Investigación y Desarrollo*, v. 17, n. 2, p. 434-445, jul.-dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-32612009000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 mar. 2025.
- SOUZA, M. L. Ecologia Política Urbana. In: PORTO-GONÇALVES, C. W.; MALHEIRO, B. C. P.; BARCELOS, E.; MONTENEGRO, J.; GÓMEZ, L. M. H.; PÉREZ, M. S.; CRUZ, V. do C. (org.). *Dicionário de Ecologia Política*. Rio de Janeiro: Consequência, 2024. p. 34-40.
- SWYNGEDOUW, E. The city as a hybrid: On nature, society and cyborg urbanization. *Capitalism Nature Socialism*, v. 7, n. 2, p. 65-80, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1080/10455759609358679>. Acesso em: 3 abr. 2025.
- VIALE, E. El extractivismo urbano. In: VÁSQUEZ, A. M. (org.). *Extractivismo urbano*. Debates para una construcción colectiva de las ciudades. Buenos Aires: Fundación Rosa de Luxemburgo, 2017. p. 15-20. DOI: <https://doi.org/10.30972/crn.24242942>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999. p.169-198.

- VILLAR NAVASCUÉS, R. A. La ecología política urbana: veinte años de crítica, autocrítica y ampliación de fronteras en el estudio del metabolismo urbano. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, v. 63, n. 1, p. 173-204, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/dag.325>. Acesso em: 3 abr. 2025.
- WALLERSTEIN, I. *Análisis de sistemas-mundo. Una introducción*. México: Siglo XXI, 2005.
- WALKER, P. Political ecology: Where is the ecology? *Progress in Human Geography*, v. 29, n. 1, p. 73-82, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1191/0309132505ph530pr>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- XIAO, Y.; WATSON, M. Guidance on Conducting a Systematic Literature Review. *Journal of Planning Education and Research*, v. 39, n. 1, p. 93-112, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0739456X17723971>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- ZIMMER, A. Urban political ecology: Theoretical concepts, challenges, and suggested future directions. *Erdkunde*, v. 64, n. 4, p. 343-354, 2010. DOI: <https://doi.org/10.3112/erdkunde.2010.04.04>. Acesso em: 24 mar. 2025.

Priscilla Glitz Mayrink

Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio de Janeiro, arquiteta e urbanista (FAU/UFRJ), mestre em Urbanismo (PROURB/UFRJ) e especialista em Movimentos Sociais (NEPP-DH/UFRJ) pela mesma instituição.

Email: priscillagmayrink@gmail.com

ORCID: 0000-0002-1480-8751

Contribuição de autoria: Conceituação; Curadoria de dados; Análise formal; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Administração do projeto; Escrita – primeira redação; Escrita – revisão e edição.

Sharo Evangelina Lopez Javier

Doutoranda em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com período sanduíche na University of Sheffield, Reino Unido. Membro do grupo de pesquisa sobre Reestruturação Urbana e Centralidade do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ.

Email: sharolopezj@gmail.com

ORCID: 0000-0002-8054-5136

Contribuição de autoria: Conceituação; Curadoria de dados; análise formal; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Escrita-revisão e edição.

Giselle Andrea Osorio-Ardila

Doutora em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Urbanismo e antropóloga pela Universidade Nacional da Colômbia. Docente da Universidad Nacional Abierta y a Distancia (Unad).

Email: gisean@gmail.com

ORCID: 0000-0002-1847-0946

Contribuição de autoria: Conceituação; Curadoria de dados; Investigação/Pesquisa; Escrita – primeira redação.

Informações sobre o uso de Inteligência Artificial

- a) Busca, sistematização e organização final de referências: Não.
- b) Organização de bancos de dados e respectiva elaboração de quadros, tabelas e gráficos: Não.
- c) Revisão final do texto para aprimoramento de gramática e ortografia, para atender a norma culta: ChatGPT.

Dados Abertos

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Submissão: 31 de maio de 2025.

Aprovação: 15 de novembro de 2025.

Editores: Maria do Livramento Miranda Clementino, Rodrigo José Firmino e Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros.

Editores do Dossiê: Jeroen Johannes Klink, Victor Ramiro e Guillermo Jajamovich.

Como citar: MAYRINK, P. G.; LOPEZ, S. E.; OSORIO-ARDILA, G. A. Reflexões sobre o pensamento urbano latino-americano: contribuições para uma ecologia política da urbanização. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 28, E202619pt, 2026. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202619pt>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR